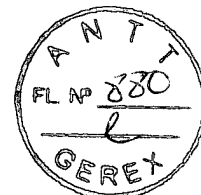


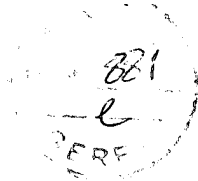


ANTT Agência Nacional de Transportes Terrestres



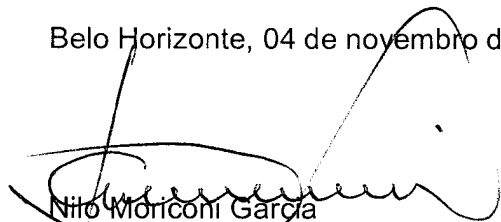
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 094/2008
04 DE NOVEMBRO DE 2008, BELO HORIZONTE – MG

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, situado na Avenida do Contorno, Bairro Funcionários, 4520, térreo, Belo Horizonte - MG, foi iniciada a Audiência Pública nº 094/2008, conforme convocação do Aviso publicado no Diário Oficial da União do dia dez de outubro de dois mil e oito e em jornais de grande circulação nacional e local, que teve como objeto os estudos de viabilidade econômico-operacionais, para outorgas dos trechos da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais – Fase 1. Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes da Agência: o senhor Francisco de Oliveira Filho, Diretor da ANTT; o senhor Nilo Moriconi Garcia, Ouvidor da ANTT e presidente da audiência; a senhora Natália Marcassa de Souza, responsável pelos trabalhos da secretaria; a senhora Elisia T. Engelmann Müller, representante da Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira e o senhor Carlos Alberto de São Tiago Hagström, representante da Procuradoria-Geral da ANTT. Também compuseram a mesa os senhores Cleverson Aroeira e Paulo Meira Lins, representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Inicialmente, o presidente da audiência fez a leitura dos procedimentos, conforme Resolução/ANTT nº 151, e passou a palavra ao senhor Cleverson Aroeira, que fez a apresentação dos estudos técnicos das rodovias BR -040, BR-116 e BR – 381, todas no estado de Minas Gerais, e objeto da audiência. Na seqüência, a secretária da mesa fez a observação de que não havia sido encaminhada nenhuma contribuição previamente. Seguiu-se intervalo para café e recebimento de manifestações adicionais por escrito. Reiniciando os trabalhos, a secretária fez a observação de que não havia recebido nenhuma contribuição, indagação ou sugestão durante o intervalo. Na seqüência, passou-se para a fase de pronunciamento oral. O senhor **Virgílio Furtado da Costa**, da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraibuna, afirmou que os veículos das mineradoras não pagarão pedágio, pois na região da FERTECO, por onde eles transitam, não haverá cobrança. Como seus veículos são bastante pesados e degradam muito o pavimento, sugeriu que a posição das praças de pedágios seja revista de forma que esses veículos também arquem com os danos. Sugeriu, também, que seja colocada uma balança naquele local, senão outros usuários subsidiarão aqueles que mais degradam o pavimento. Por fim, comentou uma solução para os engarrafamentos de caminhões das mineradoras na altura da FERTECO, próximo à Vale do Rio Doce. O senhor **Maurício de Lana**, da CONSOL – engenheiros consultores, mencionou que o Contrato PP-214/2004, firmado entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e o Consórcio das empresas CONSOL, ENECON, CONTÉCNICA, previu o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de obras de modernização e ampliação de capacidade da rodovia. Assim, solicitou esclarecimentos sobre como serão conduzidas as exigências do poder concedente para execução dessas obras pelo concessionário, com a simultaneidade da cobrança de pedágio em uma rodovia atualmente congestionada, com alto índice de acidentes e em fase de obras. Questionou, ainda, se foi elaborado um estudo de alternativa considerando a ampliação da estrada preliminarmente e a cobrança de pedágio em fase posterior, a exemplo do que foi realizado na rodovia BR-381, de sentido



Sul, a Fernão Dias. Por fim, comentou que lhe parecia que o estudo de concessão do BNDES procurou viabilizar uma menor tarifa com aproveitamento da rodovia existente, sem as variantes estudadas pelo DNIT. Por outro lado, os estudos do DNIT buscaram definir a melhor estrada e com maior retorno econômico no longo prazo, pois não se trata de uma simples ligação entre Belo Horizonte e Governador Valadares, mas ligação entre o sul e o nordeste do país através da BR- 381, o que é de grande interesse econômico não só para o Estado de Minas Gerais como para o MERCOSUL. O senhor **Pedro Bernardes de Melo**, da EMPA S/A Serviços de Engenharia, questionou se a taxa de 8% é alavancada com financiamento ou é de projeto mesmo e sugeriu que a TIR seja revisada. Acrescentou também que a iniciativa privada não quer ser punida por estar trabalhando com investimentos do Brasil – ela quer ser parceira, mas com uma taxa de 8% é extremamente prejudicial. Por fim, reforçou o pedido de revisão para que se modifique essa taxa. A senhora **Marta Teixeira**, da Lasan - Usiminas, fez ponderações e críticas, afirmando que tem um interesse relevante no processo de concessão da BR 381, na sua duplicação e melhorias, pois sua empresa está utilizando aquele trecho de rodovia há muitos anos e é espectadora de inúmeros acidentes com perdas de vidas e para a própria empresa. Registrou que os interesses econômicos da região ficarão seriamente prejudicados se a previsão mais otimista para duplicação e melhorias for de seis anos. Finalmente, reforçou a preocupação com o processo, na qualidade de representante de uma atividade produtiva que precisa de boa infra-estrutura na região o mais rápido possível. O senhor **Lionel Barra**, da EMPA S/A Serviços de Engenharia, questionou que se no projeto foi feita uma avaliação preliminar, a MTP coloca uma situação de aparente liberdade do proponente em apresentar o seu projeto de duplicação da rodovia, um projeto que não existe, e a sua metodologia, o seu plano de negócios não é considerado. Considerou que a busca do benefício da tarifa módica é essencial, mas sem projeto e sem amparo legal da sua proposta, com uma TIR de 8%, dificulta para o empreendedor. Por fim, disse que está havendo uma pressão pouco razoável sobre proponente, devido às inovações de não se dispor de um projeto, pelo fato de ser uma rodovia extremamente complicada sob o enfoque de projeto, com uma tarifa muito pequena e TIR de 8%, além de não haver nenhuma garantia do proponente em correlacionar a cobrança da concessionária com as premissas que foram adotadas. As manifestações orais foram respondidas e comentadas pelos senhores Cleverson Aroeira e Paulo de Meira Lins, representantes do BNDES. O presidente da audiência informou que a íntegra de todas as contribuições, sugestões e questionamentos recebidos será encaminhada às áreas técnicas para análise e fará parte do relatório final da audiência pública. As súmulas da ata, com o evento realizado, e do relatório específico da audiência serão, oportunamente, disponibilizadas no endereço eletrônico da ANTT. Não havendo mais nenhuma manifestação, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2008.


Nilo Moriconi Garcia
Presidente


Natália Marcassa de Souza
Secretária

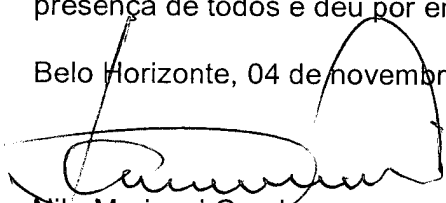


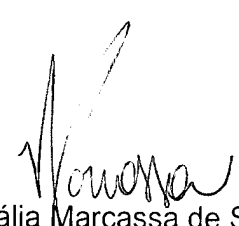
Agência Nacional de Transportes Terrestres

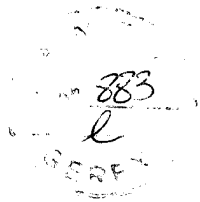
SÚMULA DA ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 094/2008
04 DE NOVEMBRO DE 2008, BELO HORIZONTE - MG

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, situado na Avenida do Contorno, Bairro Funcionários, 4520, térreo, Belo Horizonte - MG, foi iniciada a Audiência Pública nº 094/2008, conforme convocação do Aviso publicado no Diário Oficial da União do dia dez de outubro de dois mil e oito e em jornais de grande circulação nacional e local, que teve como objeto os estudos de viabilidade econômico-operacionais, para outorgas dos trechos da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais – Fase 1. Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes da Agência: o senhor Francisco de Oliveira Filho, Diretor da ANTT; o senhor Nilo Moriconi Garcia, Ouvidor da ANTT e presidente da audiência; a senhora Natália Marcassa de Souza, responsável pelos trabalhos da secretaria; a senhora Elisia T. Engelmann Müller, representante da Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira e o senhor Carlos Alberto de São Tiago Hagström, representante da Procuradoria-Geral da ANTT. Também compuseram a mesa os senhores Cleverson Aroeira e Paulo Meira Lins, representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Inicialmente, o presidente da audiência fez a leitura dos procedimentos, conforme Resolução/ANTT nº 151, e passou a palavra ao senhor Cleverson Aroeira, que fez a apresentação dos estudos técnicos das rodovias BR -040, BR-116 e BR – 381, todas no estado de Minas Gerais, e objeto da audiência. Na seqüência, a secretária da mesa fez a observação de que não havia sido encaminhada nenhuma contribuição previamente. Seguiu-se intervalo para café e recebimento de manifestações adicionais por escrito. Reiniciando os trabalhos, a secretária fez a observação de que não havia recebido nenhuma contribuição, indagação ou sugestão durante o intervalo. Na seqüência, passou-se para a fase de pronunciamento oral com a manifestação dos senhores **Virgílio Furtado da Costa**, da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba; **Maurício de Lana**, da CONSOL – engenheiros consultores; **Pedro Bernardes de Melo**, da EMPA S/A Serviços de Engenharia; **Marta Teixeira**, da Lasan – Usiminas; e **Lionel Barra**, da EMPA S/A Serviços de Engenharia. As manifestações foram respondidas e comentadas pelos senhores Cleverson Aroeira e Paulo de Meira Lins, representantes do BNDES. O presidente da audiência informou que a íntegra de todas as contribuições, sugestões e questionamentos recebidos será encaminhada às áreas técnicas para análise e fará parte do relatório final da audiência pública. As súmulas da ata, com o evento realizado, e do relatório específico da audiência serão, oportunamente, disponibilizadas no endereço eletrônico da ANTT. Não havendo mais nenhuma manifestação, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2008.


Nilo Moriconi Garcia
Presidente

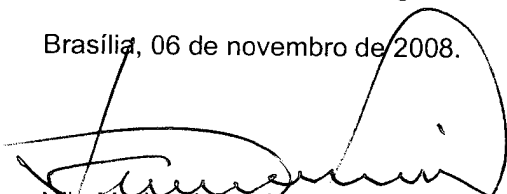

Natália Marcassa de Souza
Secretária



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 094/2008
06 DE NOVEMBRO DE 2008, BRASÍLIA - DF

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, no auditório da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, situado no Setor Bancário Norte, Bairro Asa Norte, Quadra 2, Bloco C, terceiro andar, Brasília – Distrito Federal, foi iniciada a Audiência Pública nº 094/2008, conforme convocação do Aviso publicado no Diário Oficial da União do dia dez de outubro de dois mil e oito e em jornais de grande circulação nacional e local, que teve como objeto os estudos de viabilidade econômico-operacionais, para outorgas dos trechos da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais – Fase 1. Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes: o senhor Nilo Moriconi Garcia, Ouvidor da ANTT e presidente da audiência; a senhora Natália Marcassa de Souza, responsável pelos trabalhos da secretaria; o senhor Jeferson Jun Ito, representante da Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira; e o senhor Raul Lycurgo Leite, representante da Procuradoria-Geral da ANTT. Também compuseram a mesa os senhores Cleverson Aroeira e Paulo Meira Lins, representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Inicialmente, o presidente da audiência fez a leitura dos procedimentos, conforme Resolução/ANTT nº 151, e passou a palavra ao senhor Cleverson Aroeira, que fez a apresentação dos estudos técnicos das rodovias BR-040, BR-116 e BR-381, todas no estado de Minas Gerais, e objeto da audiência. Posteriormente, passou a palavra ao senhor Paulo de Meira Lins, que fez a apresentação sobre as minutas de edital e contrato dos trechos em referência. Na sequência, a secretária da mesa fez uma breve apresentação das contribuições previamente recebidas, seguida de intervalo para café e recebimento de manifestações adicionais por escrito. Reiniciando os trabalhos, a secretária informou que não foi recebida nenhuma contribuição, indagação ou sugestão durante o intervalo. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral. O senhor **José Francisco Leite**, consultor técnico, primeiramente questionou se existe a possibilidade de haver financiamentos dos investimentos das obras obrigatórias iniciais e emergenciais com recursos provenientes da arrecadação da CIDE, uma vez que a lei que a instituiu destina-se em parte a financiar programas de infra-estrutura de transporte. Acrescentou que várias obras de duplicação de rodovias, no caso a BR 040 – de Paraopeba até Curvelo - e a construção de elevados na BR-040, antes de Juiz de Fora, e na BR-381, antes de Ipatinga, são financiadas com recursos do PAC. Questionou como ficará a situação da concessionária na hipótese de paralisação dessas obras por falta de recursos, caso ela esteja obrigada a realizar obras complementares para a duplicação do trecho ou obras de interligação da rodovia com os novos elevados que estão sendo construídos pelo DNIT. Em seguida, mencionando o item 3.1.3.1 do Programa de Exploração da Rodovia - PER, o manifestante questionou se a duplicação dos trechos da BR-381 deverá estar compreendida do segundo até o final do sexto ano de concessão, ou seja, se haverá quatro anos para duplicar 301 km. Acrescentou que seria mais sensato e realista definir o prazo para duplicação dos subtrechos entre o quarto e o décimo segundo ano, em razão da grandiosidade da obra e apresentou vários argumentos para reforçar sua opinião. Para finalizar, solicitou que seja estudada a possibilidade de modificar a localização da praça de pedágio nº 1 da BR-040 para um trecho intermediário entre a divisa do Distrito Federal com Goiás até a cidade de Luziânia. A manifestação oral foi respondida e comentada pelos senhores Cleverson Aroeira e Paulo de Meira Lins, representantes do BNDES. O presidente da audiência informou que a íntegra de todas as contribuições, sugestões e questionamentos recebidos será encaminhada às áreas técnicas para análise e fará parte do relatório final da audiência pública. As súmulas da ata, com o evento realizado, e do relatório específico da audiência serão, oportunamente, disponibilizadas no endereço eletrônico da ANTT. Não havendo mais nenhuma manifestação, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 06 de novembro de 2008.


Nilo Moriconi Garcia
Presidente

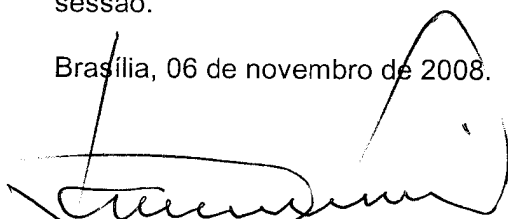

Natália Marcassa de Souza
Secretária



SÚMULA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 094/2008
06 DE NOVEMBRO DE 2008, BRASÍLIA - DF

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, no auditório da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, situado no Setor Bancário Norte, Bairro Asa Norte, Quadra 2, Bloco C, terceiro andar, Brasília – Distrito Federal, foi iniciada a Audiência Pública nº 094/2008, conforme convocação do Aviso publicado no Diário Oficial da União do dia dez de outubro de dois mil e oito e em jornais de grande circulação nacional e local, que teve como objeto os estudos de viabilidade econômico-operacionais, para outorgas dos trechos da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais – Fase 1. Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes da Agência: o senhor Nilo Moriconi Garcia, Ouvidor da ANTT e presidente da audiência; a senhora Natália Marcassa de Souza, responsável pelos trabalhos da secretaria; o senhor Jeferson Jun Ito, representante da Superintendência de Regulação Econômica e Fiscalização Financeira; e o senhor Raul Lycurgo Leite, representante da Procuradoria-Geral da ANTT. Também compuseram a mesa os senhores Cleverson Aroeira e Paulo Meira Lins, representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Inicialmente, o presidente da audiência fez a leitura dos procedimentos, conforme Resolução/ANTT nº 151, e passou a palavra ao senhor Cleverson Aroeira, que fez a apresentação dos estudos técnicos das rodovias BR-040, BR-116 e BR-381, todas no estado de Minas Gerais, e objeto da audiência. Posteriormente, passou a palavra ao senhor Paulo de Meira Lins, que fez a apresentação sobre as minutas de edital e contrato dos trechos em referência. Na seqüência, a secretária da mesa fez uma breve apresentação das contribuições previamente recebidas, seguida de intervalo para café e recebimento de manifestações adicionais por escrito. Reiniciando os trabalhos, a secretária informou que não foi recebida nenhuma contribuição, indagação ou sugestão durante o intervalo. Na seqüência, passou-se para a fase de pronunciamento oral com a manifestação do senhor **José Francisco Leite**, consultor técnico, que foi respondida e comentada pelos senhores Cleverson Aroeira e Paulo de Meira Lins, representantes do BNDES. O presidente da audiência informou que a íntegra de todas as contribuições, sugestões e questionamentos recebidos será encaminhada às áreas técnicas para análise e fará parte do relatório final da audiência pública. As súmulas da ata, com o evento realizado, e do relatório específico da audiência serão, oportunamente, disponibilizadas no endereço eletrônico da ANTT. Não havendo mais nenhuma manifestação, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Brasília, 06 de novembro de 2008.


Nilo Moriconi Garcia
Presidente


Natália Marcassa de Souza
Secretária